



LISTA PARA SIMPLES CONFERÊNCIA DE EDITAL

Modalidade de licitação: CV 02/2017 N° do processo: 23163,002797.2017-79
Descrição do serviço: Obras de reforma e adaptações do Estúdio de Gravações Rádio
Data: 16 / 11 / 2017 N° de participantes: 02

Documentos para Habilitação Técnica	EMPRESAS PARTICIPANTES			
	<u>Margues</u>	<u>RM</u>		
Registro ou inscrição no CREA/CAU	<u>AP</u>	<u>AP</u>		
Atestado de Responsabilidade Técnica do Profissional	<u>AP</u>	<u>AP</u>		
Certidão de Acervo Técnico comprovando a Execução de Serviços Semelhantes	<u>AP</u>	<u>AP</u>		
Comprovação de vínculo profissional com a Empresa	<u>AP</u>	<u>AP</u>		
Declaração com nome, CPF e registro no CREA/CAU	<u>AP</u>	<u>AP</u>		
Atestado de Visita Técnica ou Declaração de Renúncia	<u>AP</u>	<u>AP</u>		
Carta de Apresentação da Documentação (sumário)	<u>X</u>	<u>X</u>		
Declaração de Elaboração da Proposta	<u>AP</u>	<u>AP</u>		
Declaração de enquadramento ME/EPP	<u>Não é EPP</u>	<u>AP</u>		

Legenda: AP - Apresentou NP - Não Apresentou

OBS:

Assinatura do Representante da DPO

Davson Guimarães Sopena
Coordenador de Projetos

CREA/RS 49833

Rua Gonçalves Chaves, 3218 - CEP 96015-560 - Pelotas/RS
Fones (53) 3026.6211 / 3026.6210
dpo@ifrsul.edu.br / dpo_cpj@ifrsul.edu.br

Pelotas, 16 de novembro de 2017.

Ofício Circular n.º 04/2017

Da: Comissão Permanente de Licitações do Instituto Federal Sul-rio-grandense

Assunto: Convite 02/2017

Prezados Senhores,

Após análise dos documentos referentes à habilitação, encaminhados pelas empresas participantes do Convite 02/2017, e do parecer da Diretoria de Projetos e Obras do Instituto Federal Sul-rio-grandense, a Comissão Permanente de Licitações do IFSul decide julgar habilitadas, no presente certame, as empresas MARQUES IMOVEIS CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA LTDA e R M ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP. Em anexo, encaminhamos a Ata de Julgamento de Habilitação da Comissão Permanente de Licitações;

2. O processo permanece com vista franqueada aos representantes legais das empresas, na forma da lei, na Coordenadoria de Licitações do Instituto Federal Sul-rio-grandense;
3. Abre-se o prazo recursal conforme art. 109, I, da Lei 8.666/93;
4. Tendo em vista a urgência no início da atividade ora licitada, solicitamos que, em não havendo interesse na interposição de recurso administrativo quanto ao julgamento da habilitação, V.Sª encaminhe, à CPL, documento no qual expresse sua renúncia a esse direito;
5. Solicitamos, a expressa confirmação do recebimento deste Ofício Circular, através de e-mail. Silenciando, será presumido como devidamente recebido, legível e em ordem, o presente expediente.
6. Sem mais para o momento, colocamo-nos a sua disposição para qualquer esclarecimento que se fizer necessário, através do telefone (53) 3026.6126, (53) 3026.6127.

Atenciosamente,



Simone Magali Marinho Jardim
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Instituto Federal Sul-rio-grandense

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE – IFSUL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA N.º 008/2017

JULGAMENTO – HABILITAÇÃO

DATA: 16/11/2017 HORÁRIO: 11h

CONVITE N.º 02/2017

Processo: 23163.002797.2017-79

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Portaria de nomeação da Comissão: 1959/2017

PRESIDENTE: Simone Magali Marinho Jardim

SECRETÁRIA: Maria Aurora de Souza Alves

MEMBRO: Vivian Mami Nishizawa

Empresas participantes:

MARQUES IMOVEIS CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA LTDA

R M ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP

Após análise dos documentos de habilitação e das alegações feitas pelo representante da empresa R M ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, anexada à Ata de Abertura e análise dos documentos de qualificação técnica realizada pelo representante da Diretoria de Projetos e Obras, Davison Guimarães Sopena, a Comissão Permanente de Licitações decide julgar habilitadas no presente certame as empresas: MARQUES IMOVEIS CONSTRUTORA E IMOBILIÁRIA LTDA e R M ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA – EPP.

Quanto à alegação feita pelo representante da Empresa R M ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, temos a considerar que: Após análise da certidão judicial cível negativa, a mesma possui assinatura digital sem necessidade de registro em cartório, conforme item 5.6.6 do Edital.


PRESIDENTE


SECRETÁRIA


MEMBRO